

Município de Carmo do Paranaíba - MG

Pç. Misael Luiz de Carvalho – 84 ☎ (34) 3851-9812

E-mail: compras@carmodoparanaiba.mg.gov.br

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

TERMO: Decisório

FEITO: Recurso Administrativo

REFERÊNCIA: Processo Licitatório nº 021/2019 Pregão Presencial nº 008/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviço de limpeza pública urbana no Município de Carmo do Paranaíba -MG, compreendendo os serviços de coleta diária e transporte dos (resíduos sólidos)lixo domiciliar e comercial da área urbana, até a usina de triagem e compostagem de lixo, no aterro sanitário do Município na Fazenda Bom Sucesso localizada a aproximadamente 5,7 km do centro urbano, sendo acessada a partir da estrada para Serra do Salitre.

RECORRENTE: Avanço Prestação de Serviços EIRELE-EPP

I – DAS PRELIMINARES

Recurso Administrativo interposto, intempestivamente, pela empresa Avanço Prestação de Serviços EIRELE-EPP, devidamente qualificada na peça inicial, com fundamento na Lei 10.520/02 especificamente no artigo 14, inciso XVIII, que seja:

" (...)

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

(...)"

considerando que o recurso interposto pela empresa foi apresentado, via email, apenas no dia 04 de abril de 2019, 6 (dias) após o fim da sessão pública.

II – DAS FORMALIDADES LEGAIS

Registra-se que não foram cientificados os demais licitantes da existência e trâmite de recurso administrativo interposto pela Avanço Prestação de Serviços EIRELE-EPP, tendo em vista que o presente não foi conhecido como recurso pela Comissão de Licitação.



Município de Carmo do Paranaíba - MG

Pç. Misael Luiz de Carvalho – 84 ☎ (34) 3851-9812

E-mail: compras@carmodoparanaiba.mg.gov.br

III – DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

A Recorrente alega, inicialmente, que a empresa PS DELTA EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI -ME apresentou contrato de prestação de serviços com o engenheiro Ambiental sem assinaturas das testemunhas, dando invalidade da comprovação de vínculo do Profissional com a Empresa, justificando que para o registro de contrato de prestação de serviços, a contratada deve ter testemunhas que assinam o contrato dando a validade expressa pela empresa, e apresentou se atestado incompatível com o objeto licitado, sendo que a CAT apresentada da empresa, expressa somente serviços de obras de Engenharia Civil, vindo que a CAT é um documento que comprova a legitimidade do Atestado, e que de fato são serviços executados de acordo com o objeto desta licitação deve ter referência na mesma.

A Recorrente em sua peça recursal requer à Comissão de Licitação, em síntese que seja reconhecida a incompatibilidade do objeto social da empresa com o objeto ora licitado;

IV – DA ANÁLISE

Após reexame baseado nas alegações da Recorrente, expostas no item "II - DOS FATOS SUBJACENTES" da presente peça, a Comissão passa à análise de fato.

O Recurso apresentado é intempestivo por ter sido apresentado após o prazo legal de 03 (três) dias , como consta no item 11.2 do Edital e na Lei 10.520/02 especificamente no artigo 14, inciso XVIII, o qual trata dos recursos e prazos correspondentes a modalidade de licitação pregão. Ressaltamos que o cabimento do recurso administrativo sujeita-se à presença de determinados pressupostos. Sem esse pressupostos, nem se deve apreciar o mérito da questão. Os pressupostos recursais são requisitos que todo o recurso deve apresentar sob pena de não ser conhecido – vale dizer, não ser efetivada a revisão do ato administrativo impugnado.

A empresa PS Delta Empreendimentos e Serviços EIRELI, de acordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral expedido pela Receita Federal tem como atividade econômica secundária elencada no código 38.11-4-00 Coleta de resíduos não perigosos , atividade compatível com o objeto licitação, o que conseqüentemente a habilita para a execução da atividade de Coleta de lixo domiciliar e comercial.

Para a habilitação da empresa era necessário, dentre outros, que a empresa concorrente apresentasse, item 9. 2.2, I e II do Edital, registro no **CREA**, Registro no Órgão competente do Engenheiro Ambiental e Sanitarista, Agrônomo ou Civil responsável pelas prestações de serviços e em caso de Pessoa Jurídica, o licitante deveria apresentar ainda documento que vincule o Engenheiro à empresa. A empresa PS DELTA EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI, apresentou contrato de prestação de serviços com o engenheiro Ambiental Edimar Benedito Rodrigues Soares, o qual está



Município de Carmo do Paranaíba - MG

Pç. Misael Luiz de Carvalho – 84 ☎ (34) 3851-9812

E-mail: compras@carmodoparanaiba.mg.gov.br

sem assinatura das testemunhas, considerado inválido pela Pregoeira, porém a empresa também apresentou a certidão de registro e quitação de pessoa jurídica, expedido pelo CREA, válida até 31 de maio de 2019, o qual certifica que a empresa é registrada no Conselho Regional do CREA, tendo como responsáveis técnicos o engenheiro Edimar Benedito Rodrigues Soares, documento oficial e válido que vincula o engenheiro a empresa licitante, também foi apresentado o contrato de prestação de serviços com o Engenheiro Civil Paulo de Oliveira Silva e atestado de capacidade técnica da empresa sendo o engenheiro civil um dos responsáveis técnicos, suprimindo as condições mínimas previstas no edital.

IV- DO ENTENDIMENTO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO DNIT/AM/RR

Pelo exposto, consideramos que o Recurso interposto pela empresa DTA ENGENHARIA LTDA não deva ser conhecido, por inexistência dos pressupostos objetivos.

Carmo do Paranaíba, 12 de Abril de 2019



Simeire Silva Moreira Cunha
Pregoeira Oficial do Município de Carmo do Paranaíba